



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL PEC 32 – REFORMA ADMINISTRATIVA

REQUERIMENTO Nº DE 2021

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Especial PEC 32 – Reforma Administrativa, a fim de debater os impactos da PEC 32/2020 para os atuais servidores públicos no que diz respeito aos direitos adquiridos, a previdência social e na qualidade da prestação do serviço.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial PEC 32 – Reforma Administrativa, a fim de debater os **impactos da PEC 32/2020 para os atuais servidores públicos no que diz respeito aos direitos adquiridos, a previdência social e na qualidade da prestação do serviço.**

Indicamos a oitiva dos seguintes convidados que poderão compartilhar as informações, análises e esclarecimentos fundamentais às/aos parlamentares que integram esta Comissão na formação do convencimento imprescindível e anterior ao exercício deliberativo:

- Felix Garcia Lopez Júnior, pesquisador de carreira na Diretoria de Estudos sobre o Estado, as Instituições e a Democracia, no Ipea;
- Representante da FONASEFE - Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Federais;
- Fausto Augusto Júnior, Diretor Técnico do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE
- Representante do FONACATE - Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não obstante, a definição final de todos os convidados a debater este tema poderá se dar após a aprovação do requerimento pelo Plenário da Comissão, assegurando-se a equidade entre as posições favoráveis e contrárias à Proposta de Emenda Constitucional.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de reforma constitucional constante da PEC 32, se aprovada, provocará impactos substanciais não somente em relação aos servidores públicos que venham a ingressar na administração pública nos três níveis federativos posteriormente à vigência da PEC como afirmam defender parlamentares favoráveis à mesma.

O Governo enfatizou, desde a apresentação da PEC 32/2020 (“reforma administrativa”) que as medidas não afetariam os servidores e os empregados públicos atuais. A base parlamentar continua replicando esse discurso, em que pese a observação divergente de alguns, inclusive do relator da matéria designado na CCJC, que sinalizou alguns pontos necessários de ajuste do texto para garantir que não sejam alcançados os direitos dos atuais.

Alguns temas indicam que haverá impactos indiretos para os atuais servidores, como por exemplo deterioração do ambiente laboral e dificuldade na prestação dos serviços, bem como a posterior qualificação das carreiras típicas de estado. Por outro lado, alguns pontos indicam impactos imediatos e diretos aos atuais servidores públicos, como alteração da organização administrativa, regulamentação da avaliação e desempenho, vedação da concessão e permissão de revogação de direitos, alteração das regras de previdência social, impactos na remuneração na hipótese de afastamentos e licenças do servidor, fim das escolas de capacitação do servidor e possibilidade de redução de jornada com redução de remuneração.

Portanto, as mudanças estruturantes propostas impactarão os efetivos atuais, de forma indireta, e alguns específicos dispositivos da Proposta alcançam diretamente os servidores e empregados públicos atuais, motivo pela qual esta Comissão deve aprofundar o tema e, desta forma, produzir os subsídios imprescindíveis à tomada de decisão pela Comissão.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 2021.

Rogério Correia
Dep. PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210394303400>





Requerimento de Audiência Pública (Do Sr. Rogério Correia)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Especial PEC 32 – Reforma Administrativa, a fim de debater os impactos da PEC 32/2020 para os atuais servidores públicos no que diz respeito aos direitos adquiridos, a previdência social e na qualidade da prestação do serviço. Convidados: Felix Garcia Lopez Júnior, pesquisador de carreira na Diretoria de Estudos sobre o Estado, as Instituições e a Democracia, no Ipea; Representante da FONASEFE - Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Federais; Fausto Augusto Júnior, Diretor Técnico do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Representante do FONACATE - Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado.

Assinaram eletronicamente o documento CD210394303400, nesta ordem:

- 1 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 2 Dep. Paulo Teixeira (PT/SP)
- 3 Dep. Alencar Santana Braga (PT/SP)
- 4 Dep. Rui Falcão (PT/SP)
- 5 Dep. Paulo Pimenta (PT/RS)
- 6 Dep. João Daniel (PT/SE)

